Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (36594871)

DATA	**28/07/2026**	
LOCAL	**MJSP - 3º ANDAR SALA 304**	
ITEM	**NOME**	**ÓRGÃO**
1	DAVID DE LIMA FREITAS	SPO/SE
2	GILMAR ARAÚJO DE SOUSA	CGOF/SPO/SE
3	BRUNA IGNÁCIO MOREIRA	CGGE/SPO/SE
4	LUIZA PARANAGUA BEZERRA	SENACON
5	EDUARDO BARROS	SENACON
6	LEONARDO AGUILAR VILLALOBOS	SENACON
7	MÔNICA BARRETO NÓBREGA DE LUCENA	SENAJUS
8	MARIA DO CARMO RODRIGUES MACEDO	SENAJUS
9	ARIELLE GONCALVES VIEIRA	SENAJUS
10	VANESSA LUZ	SENAPPEN
11	LUCAS ENEAS DE REZENDE	SENAPPEN
12	RAPHAEL BAGGIO DE LUCA	PF
13	LUDIMILA GOMES DE AMORIM MOTA	PF
14	ISABELLA PORFIRIO ROSA	PF
15	MONIQUE RODRIGUES	PF
16	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS PENHA	PRF
17	ISABELLE HENRIQUES	PRF
18	PRISCILLA OLIVEIRA	SENASP
19	GENIVALDO DOS SANTOS COSTA	SENASP
20	ANA LUIZA VILLELA DE VIANA BANDEIRA	SENAD
21	MARIA CECILIA DA SILVA LIMA	SENAD
22	NATALIA ROSA CHAVES	SENAD
23	PRISCILA YUVAMOTO	CADE
24	ANDRÉ BOTELHO VILARON	CADE
25	GUSTAVO DE OLIVEIRA ANTONIO	SAJU
26	EWANDJÖECY FRANCISCO DE ARAÚJO	SAJU
27	MARIANE CORTAT	ANPD
28	GABRIELA MENDES FREITAS GALETE	ANPD
29	JULIANA AMORIM DE SOUZA NOGUEIRA	SEDIGI
30	EDIANE DE ASSIS BASTOS	SEDIGI
31	ADENÍSIO ALVARO DE SOUZA	AECI
32	MARINA REIS MIGUEL SILVA	AECI
33	SOLANGE BERTO DE MEDEIROS	STI
34	RODRIGO ALBERNAZ BEZERRA	STI

Pauta da reunião (36597846)	1. Governança em Ação; 2. Monitoramento das Políticas Públicas; 3. Informações Gerais; e 4. Encaminhamentos. 4. Encaminhamentos.

1. A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que deu as boas-vindas aos participantes. Informou sobre a realização da reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE na próxima semana, além da pauta da CT-CGE com os temas Governança em Ação, Monitoramento das Políticas Públicas, Informes Gerais e Encaminhamentos.
2. No início da reunião, foi apresentada, no âmbito da iniciativa "Governança em Ação - Práticas que Fazem a Diferença", a experiência da Coordenação de Classificação Indicativa da Secretaria de Direitos Digitais (SEDIGI), denominada "Produtividade como Ferramenta de Bem-Estar do Servidor", conduzida pelo servidor e Coordenador-Geral Sr. Eduardo Nepomuceno. A apresentação demonstrou a metodologia desenvolvida pela área para monitoramento da produtividade, dimensionamento da força de trabalho e gestão das entregas institucionais da área. A metodologia foi construída a partir da experiência da unidade como projeto-piloto de teletrabalho no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Foram apresentados os critérios utilizados para definição de metas, mensuração da complexidade das atividades, cálculo de produtividade individual e consolidação de resultados gerenciais. Também foram destacados os mecanismos adotados para compatibilizar produtividade, saúde ocupacional e planejamento institucional, permitindo o acompanhamento da capacidade operacional da área e a identificação de riscos relacionados à distribuição da força de trabalho. A experiência evidenciou como o monitoramento estruturado das atividades pode apoiar a tomada de decisão gerencial, subsidiar o planejamento de recursos humanos e contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos de trabalho.
Principais Destaques da Apresentação da SEDIGI:

- Desenvolvimento de metodologia própria de acompanhamento da produtividade dos servidores;
- Utilização de critérios de complexidade para cálculo das metas e entregas;
- Consolidação de dados gerenciais para acompanhamento da força de trabalho;
- Produção de relatórios e indicadores para apoio à gestão institucional;
- Identificação de riscos operacionais relacionados à capacidade de atendimento da área; e
- Utilização de informações gerenciais para subsidiar decisões sobre automação, inteligência artificial e aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho.

3. Na sequência, foram apresentados os resultados da Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal, conduzida pela Coordenadora-Geral, Sra. Cíntia Rangel e a servidora Sra. Fabiana Goudinho, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).
4. A apresentação abordou as ações voltadas à garantia do direito à saúde da população privada de liberdade e à promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores do sistema penitenciário. Foram destacados os avanços obtidos na implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), bem como as iniciativas relacionadas à prevenção e ao tratamento de doenças infectocontagiosas, especialmente a tuberculose. Também foram apresentadas as ações realizadas em parceria com o Ministério da Saúde, Fiocruz e demais instituições públicas, além do acompanhamento das metas previstas no Plano Pena Justa. Ressaltou-se ainda a importância dos Núcleos de Atenção aos Servidores Penitenciários e das iniciativas de promoção da saúde mental e valorização profissional dos servidores.
Foram Destacados Na Apresentação da SENAPPEN:

- A implementação e fortalecimento da PNAISP nos estabelecimentos prisionais;
- As ações de enfrentamento à tuberculose e demais doenças infectocontagiosas;
- A atuação integrada com o Ministério da Saúde, Fiocruz e entes federativos;
- A criação e expansão dos Núcleos de Atenção aos Servidores Penitenciários;
- O desenvolvimento de programas de saúde mental e valorização dos servidores; e
- As ações previstas no Plano Pena Justa voltadas à ampliação da cobertura dos serviços de saúde no sistema prisional.

5. Em seguida, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apresentou os resultados da Política de Fortalecimento Institucional da PRF. A política possui caráter estruturante e tem como objetivo fortalecer as capacidades institucionais que sustentam as ações finalísticas de segurança viária, enfrentamento da criminalidade e promoção da mobilidade nas rodovias federais. Foram apresentados os resultados dos programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos servidores, os avanços na transformação digital dos serviços prestados à sociedade, a modernização dos sistemas de informação, a gestão logística e a infraestrutura institucional.
Foram Destaques da Apresentação da PRF:

- Os programas de promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores;
- A elevada adesão do efetivo às ações preventivas e de acompanhamento em saúde;
- A expansão dos serviços digitais voltados ao cidadão;
- A modernização dos sistemas corporativos e operacionais;
- O aprimoramento da governança, logística e infraestrutura institucional;
- A ampliação das capacidades tecnológicas e de comunicação crítica; e
- Os investimentos em infraestrutura predial e sustentabilidade energética.

6. Já na pauta de Informes Gerais, foram apresentados dados atualizados sobre a execução orçamentária do MJSP. Foi reforçada a necessidade de ampliação da execução dos recursos autorizados pelas unidades, especialmente no que se refere às emendas parlamentares. Também foram compartilhadas informações preliminares sobre a Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2027 e sobre as avaliações das políticas públicas atualmente em elaboração, em atendimento às demandas dos órgãos de controle.
7. Também foram apresentados os resultados preliminares do monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2024-2027, referente ao primeiro semestre de 2026, reforçando-se a necessidade de alinhamento entre metas, indicadores e resultados registrados nos diferentes instrumentos de planejamento e monitoramento institucional, de modo a garantir maior integridade e consistência das informações prestadas pelo Ministério.
8. Nada mais havendo a tratar, foi registrada a previsão da próxima reunião da CT-CGE para o dia 25 de agosto de 2026, sendo os trabalhos encerrados após agradecimento aos participantes.
9. Por fim, agradeceu-se a presença de todos e a reunião foi encerrada.

ENCAMINHAMENTOS:
Próxima reunião:

- 25/08/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede, com as apresentações:

o SENASP: POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA E MEIO AMBIENTE, QUESTÕES INDÍGENAS E FUNDIÁRIAS;
o POLÍCIA FEDERAL: POLÍTICA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA—AMAZÔNIA E MEIO AMBIENTE.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Antonio**, **Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 19/08/2026, às 16:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecilia da Silva Lima**, **Coordenador(a) de Administração**, em 19/08/2026, às 18:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares**, **Usuário Externo**, em 20/08/2026, às 08:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Juliana Amorim de Souza Nogueira**, **Coordenador(a)-Geral de Gestão Administrativa**, em 20/08/2026, às 11:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Sousa Guedes**, **Coordenador(a)-Geral de Transparência, Integridade e Riscos**, em 24/08/2026, às 15:29, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Torquato da Silva**, **Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 25/08/2026, às 17:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mendes Freitas Galete**, **Usuário Externo**, em 26/08/2026, às 15:18, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luiza Paranaguá Bezerra**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 31/08/2026, às 13:13, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Villela de Viana Bandeira**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 31/08/2026, às 18:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE PEREIRA CRESPO**, **Coordenador(a)-Geral de Gestão de Parcerias e Finanças**, em 01/09/2026, às 11:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO**, **Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 02/09/2026, às 11:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA**, **Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 03/09/2026, às 13:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas**, **Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 04/09/2026, às 15:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **VANESSA LUZ**, **Chefe da Assessoria de Controle, Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 23/09/2026, às 13:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **36595512** e o código CRC **0FEF71E0**
O documento pode ser acompanhado pelo site http://sei.consulta.mj.gov.br/ e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Criado por gabriel.pompas, versão 14 por gabriel.pompas em 19/08/2026 13:34:26.